


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004530-25.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Augusto Fauvel de Moraes**
 Requerido: **Facebook Serviços On line do Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter tomado conhecimento da existência de um perfil com informações falsas, criado em rede social (*Facebook*) administrada pelo réu, no qual um usuário utilizou uma fotografia sua (do autor), mas consignando dados incorretos com o único propósito de constrangê-lo.

Alegou ainda que manteve contato com o réu denunciando o ocorrido, além de enviar-lhe cópia de seu documento de identidade para a devida averiguação, mas ele não excluiu aquele perfil sob a justificativa de não confirmar que o conteúdo denunciado violaria os termos do *Facebook*.

Não se conformando com tal postura, almeja à condenação do réu ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em retirar o referido perfil e ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

A preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* arguida pelo réu em contestação não merece acolhimento.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Com efeito, é evidente a estreita ligação que possui com as demais empresas que se dedicam à mesma atividade que ele, não se concebendo que busque eximir-se de responsabilidade pelo que daí derive.

Nesse contexto, aliás, já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que:

“O Facebook Serviços on line do Brasil Ltda. está dentro do mesmo ramo empresarial do Facebook Inc., desta feita, representa perante o consumidor brasileiro, a rede internacional de relacionamentos. Além disso, auferir lucros com a exploração do website. Se são parceiros dentro da mesma atividade comercial, solidariamente devem responder pelos riscos de suas atividades” (Apelação nº 1041690-32.2013.8.26.0100, 8ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **PEDRO DE ALCÂNTARA DA SILVA LEME FILHO**, j. 17/08/2016).

Essa orientação aplica-se com justeza à hipótese vertente, razão pela qual rejeito a prejudicial suscitada.

No mérito, o pedido exordial desdobra-se em dois aspectos, a saber: (1) a condenação do réu ao cumprimento de obrigação de fazer, consistente em excluir um perfil criado a partir de dados falsos; (2) a reparação dos danos morais experimentados pelo autor.

Quanto ao primeiro, é certo que a ação perdeu o objeto.

Na verdade, restou patenteado que a decisão de fls. 42/43 foi cumprida pelo réu, seja quanto à remoção daquele perfil (fl. 48), seja quanto ao fornecimento de dados que viabilizassem a identificação de seu respectivo criador (fls. 48/49).

Significa dizer que diante disso o processo relativamente ao tema deixou de ser útil ou necessário à finalidade buscada pelo autor, sucedendo a perda do interesse de agir por circunstância superveniente à propositura da ação.

Resta então apreciar o pedido para ressarcimento dos danos morais invocados pelo autor.

Reputo que no particular o pleito vestibular não vinga.

É relevante de início ter em mente que a espécie não diz respeito à utilização de artifícios que viabilizassem o lançamento de ofensas ao autor, até porque sequer o seu nome foi mencionado em momento algum.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Os documentos de fls. 35/37 denotam que em última análise o perfil em apreço atina a atividade de alguém que se apresenta como advogado sem que houvesse uma única alusão negativa que fosse à sua atividade.

Não se entrevê do respectivo conteúdo nenhum elemento concreto que implicasse apreciação negativa à sua visualização ou que levasse de plano à ideia de que precisaria ser excluído.

Já o ponto de ligação com o autor decorre do uso de sua fotografia, o que não se me afigura por si só, conquanto ilegítimo, passível de gerar-lhe danos morais indenizáveis à míngua de comprovação segura de que seria suscetível de provocar sofrimento profundo ou consistente abalo emocional.

Nem se diga que o réu teria sido desidioso ao não remover o perfil.

Orientou o autor sobre o procedimento que deveria adotar, especialmente mandando documento que incluísse sua fotografia, e em seguida, após recebê-lo, concluiu que não havia base a justificar a retirada desejada (fls. 38/41).

Posteriormente, cumpriu a decisão de fls. 42/43, atendendo a tudo o que lhe foi determinado, dinâmica que atesta que não foi negligente.

Ao manter o perfil não praticou ato extravagante e depois, instado judicialmente a removê-lo, agiu de pronto.

Como se não bastasse, não se pode olvidar o que dispõe o art. 19 da Lei n. 12.965/14, *verbis*:

“Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.” (negritei).

Ora, como também sob esse ângulo de análise não se constata a falha do réu, a conclusão que se impõe é a da falta de demonstração de que perpetrou ilícito que desse base ao recebimento da indenização pedida pelo autor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei n° 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 20 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**